



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## **REQUERIMENTO Nº 751/2021**

**Requer do Prefeito Municipal informações sobre tributos arrecadados pelo Município em função das atividades empreendidas pelas Instituições Financeiras, conforme específica.**

**Senhor Presidente,**

O(s) Vereador(es) abaixo assinado(s) requer(em) a Vossa Excelência, ouvida a Casa, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Francisco Lacerda Brasileiro, Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, para que se digne encaminhar a esta Casa de Leis, dentro do prazo legal, informações sobre:

1 – Quais os principais tributos arrecadados pelo Município em função das atividades empreendidas pelas instituições financeiras e como elas se relacionam com os fatos geradores?

2 – A Prefeitura Municipal detém ferramentas ou mecanismos assertivos para a apuração dos dados que possam resultar efetivamente na arrecadação do ISS?

3 – Hoje em dia, quais são as diligências para evitar a prescrição na cobrança dos créditos tributários constituídos em face das instituições financeiras?

4 – Há fiscalizações por amostragem, em caso positivo, elas são realizadas periodicamente? Qual a margem de tempo estimado entre uma fiscalização e outra? Quando foram as últimas realizadas?

5 – Por decisão do STF, em caráter liminar, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5835, foram suspensos dispositivos da LC 157/2016, que instituiu que a cobrança do ISS deveria ser no município do tomador de serviço. Considerando que tal decisão tem efeitos *ex nunc*, como dispõe o art. 11, §1º, da Lei 9.868/99, houve cobrança de todos os tributos devidos anteriores à liminar, segundo as regras da Lei Complementar 157/2016? Se não, quais as medidas legais que serão adotadas pela Secretaria da Fazenda, diante desse fato?

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2021.

  
**Ney Patrício**  
**Vereador**